

Inocêncio muda comissão especial e diminui poder

BRASÍLIA — Um dia depois de ter anunciado a criação de uma Comissão Especial de Sindicância para continuar as investigações da CPI sobre 12 deputados envolvidos no escândalo do Orçamento, o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), recuou e decidiu criar uma Comissão Especial de Assessoramento à Mesa, com poderes ainda mais restritos que os da comissão de sindicância. A nova comissão deverá estudar os casos dos parlamentares ainda sob suspeita e decidir se eles devem ser processados pela Câmara, pela Justiça ou pela Receita Federal.

Inocêncio também decidiu inocentar previamente três dos 12 deputados da lista: Pedro Irujo (PMDB-BA), Jorge Tadeu Mudallen (PMDB-SP) e Jesus Tajra (PFL-PI), que, segundo a CPI, foi equivocadamente incluído na lista de pedidos de novas investigações. Os três inocentados passaram o dia todo no Congresso, juntando documentos sobre suas contas bancárias e seus bens. A nova comissão vai apenas examinar os documentos reunidos pela CPI e decidir o que fazer com cada deputado. Os casos de corrupção e sonegação fiscal serão encaminhados ao Ministério Público. Se houver ligação com o esquema de corrupção do Orçamento, o deputado poderá ser investigado pela Corregedoria da Câmara.

A Comissão Especial de Assessoramento à Mesa será coordenada pelo segundo-vice-presidente da Câmara, deputado Fernando Lyra (PSB-PE), que também vai trabalhar como relator e é o corregedor da Câmara. Foi dele a idéia de mudar o caráter da comissão de sindicância imaginada originalmente. Na lista de 12 deputados ainda sob suspeita, há um velho amigo de Lyra, o deputado José Carlos Vasconcellos (PRN-PE).